

**Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à
Literatura**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa		38	59	Projetos a executar	6	20.582	9.485
Recursos vinculados a projetos	4	26.163	14.342	Contas a pagar	7	1.682	1.662
Despesas antecipadas		834	263	Obrigações tributárias		136	111
Outros créditos		32	38	Obrigações trabalhistas	8	1.337	1.160
				Provisão de férias e encargos		3.304	2.256
Total do ativo circulante		27.067	14.702	Total do passivo circulante		27.041	14.674
Recursos vinculados a projetos	4	4.273	4.166	Projetos a executar	6	4.273	4.166
Depósitos judiciais		57	49	Provisão para contingências	9	66	66
Imobilizado	5	3.573	3.142	Obrigações com o Estado - Imobilizado	6	3.573	3.142
Total do ativo não circulante		7.903	7.357	Total do passivo não circulante		7.912	7.374
				Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		11	11
				Superávit acumulado		6	-
				Total do patrimônio líquido		17	11
Total do ativo		34.970	22.059	Total do passivo		34.970	22.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações dos resultados

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receitas operacionais			
Recursos de Contratos de Gestão	12	71.835	53.944
Convênios	13	1.707	2.883
Total de receitas		<u>73.542</u>	<u>56.827</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	14	(36.258)	(27.723)
Despesas com produção cultural	15	(18.886)	(13.597)
Serviços profissionais	16	(11.424)	(9.450)
Gerais e administrativas	17	(5.317)	(4.496)
Despesas divulgação e comunicação		(295)	(778)
Depreciação e amortização		(642)	(366)
Outras receitas/(despesas)		<u>1</u>	<u>(7)</u>
Resultado operacional antes das despesas financeiras		<u>(72.821)</u>	<u>(56.417)</u>
Despesas financeiras		<u>(715)</u>	<u>(410)</u>
		<u>(73.536)</u>	<u>(56.827)</u>
Superávit do exercício		<u>6</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Superávit do exercício	<u>6</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>6</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	8	3	11
Transferência para o patrimônio social	3	(3)	-
Superávit do exercício 2013	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11	-	11
Superávit do exercício 2014	-	6	6
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>11</u>	<u>6</u>	<u>17</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	6	-
Ajustes por:		
Baixa de imobilizado	5	5
Depreciação e amortização	641	366
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(11.928)	(206)
Outros créditos e despesas antecipadas	(573)	(41)
Restituição imobilizado termino contrato de gestão	482	-
Aumento/(redução) nos passivos em		
Projetos a executar	11.635	1.313
Obrigações trabalhistas, provisão de férias e encargos	1.225	868
Contas a pagar e obrigações tributárias	45	240
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>1.538</u>	<u>2.545</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<u>(1.559)</u>	<u>(2.543)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(1.559)</u>	<u>(2.543)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(21)</u>	<u>2</u>
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	59	57
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>38</u>	<u>59</u>
	<u>(21)</u>	<u>2</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Poesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (“Poesis” ou “Entidade”), é uma Entidade civil sem fins lucrativos, tem objetivos de natureza sociocultural, literária, artística, museológicos e educacionais, atuando no desenvolvimento e gestão de programas, pesquisas, projetos, bens, espaços e equipamentos culturais e educacionais. Valorizando a Cultura em suas múltiplas expressões, busca facilitar o acesso democrático ao conhecimento, estimular a reflexão e a criação artística e a preservar e divulgar bens culturais e históricos como instrumentos de valorização da identidade e da diversidade.

Em 19 de junho de 2008, o Vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado, por meio do Parecer nº 0783/08, qualificou a Poesis como uma “Entidade da área da cultura”, com publicação no Diário Oficial em 20 de julho de 2008.

Como entidade sem fins lucrativos, a Poesis é isenta de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal.

A Poesis é responsável pela operação de diversos equipamentos e programas culturais por força de Contratos de Gestão firmados com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, e de Convênios firmados com o Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo (Fussesp) e com a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 12 de fevereiro de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2014 e 2013, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao crédito de caixa e equivalentes de caixa e, nesse mesmo momento, as receitas são reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos a executar.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. Provisões, passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve atividades de trabalho voluntário.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o imposto e Renda Retido na Fonte - IRRF, o Imposto sobre Operação de Crédito e tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

i. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 18.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Recursos vinculados a projetos

	2014	2013
Caixa	24	19
Aplicações financeiras	30.412	18.490
	<u>30.436</u>	<u>18.509</u>
Ativo circulante	26.163	14.342
Ativo não circulante	4.273	4.166
	<u>30.436</u>	<u>18.509</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados a taxas de 90% do CDI - Certificado de depósito Bancário em 2014 e 2013.

Os recursos vinculados a projetos referem-se são recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e em passivos relacionados a estes projetos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

5 Imobilizado

	01/01/2013			31/12/2013
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	182	1.086	(4)	1.264
Equipamentos de Informática	347	286	(2)	631
Móveis e Utensílios	280	723	-	1.003
Equipamentos de som/luz	191	371	-	562
Máquinas e Equipamentos	50	34	-	84
Instalações	22	25	-	47
Equipamentos de telecomunicações	20	11	-	31
Software	59	7	-	66
Total	1.151	2.543	(6)	3.688
	01/01/2013			31/12/2013
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(38)	(124)	-	(162)
Equipamentos de Informática	(81)	(86)	-	(167)
Móveis e Utensílios	(17)	(65)	-	(82)
Equipamentos de som/luz	(27)	(65)	-	(92)
Máquinas e Equipamentos	(3)	(8)	-	(11)
Instalações	(1)	(3)	-	(4)
Equipamentos de telecomunicações	(2)	(2)	-	(4)
Software	(11)	(13)	-	(24)
Total	(180)	(366)	-	(546)
Saldo líquido	971	2.177	(6)	3.142
	01/01/2014			31/12/14
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	1.264	128	(102)	1.290
Equipamentos de Informática	631	574	(362)	843
Móveis e Utensílios	1.003	365	(121)	1.247
Equipamentos de som/luz	562	235	(15)	782
Máquinas e Equipamentos	84	-	(15)	69
Instalações	47	130	(3)	174
Equipamentos de telecomunicações	31	7	(12)	26
Software	66	120	(23)	163
Total	3.688	1.559	(653)	4.594

Poesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

	01/01/2014			31/12/14
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(162)	(243)	44	(361)
Equipamentos de Informática	(167)	(110)	89	(188)
Móveis e Utensílios	(82)	(103)	15	(170)
Equipamentos de som/luz	(92)	(139)	3	(228)
Máquinas e Equipamentos	(11)	(7)	2	(16)
Instalações	(4)	(9)	-	(13)
Equipamentos de telecomunicações	(4)	(2)	1	(5)
Software	(24)	(28)	12	(40)
Total	<u>(546)</u>	<u>(641)</u>	<u>166</u>	<u>(1.021)</u>
Saldo líquido	<u>3.142</u>	<u>918</u>	<u>(487)</u>	<u>3.573</u>

6 Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Poesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

	Saldos em 2012	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Movimentação Imobilizados	Devolução de Recursos	Saldos em 2013
Projetos a executar								
Contrato de Gestão n° 27/2008 (a)	28	-	-	-	(1)	-	(28)	(1)
Contrato de Gestão n° 30/2008	1	-	-	-	-	-	-	1
Contrato de Gestão n° 44/2010 (b)	3.869	20.000	2	529	(21.451)	(300)	-	2.649
Contrato de Gestão n° 07/2011 (c)	9.169	26.625	154	1.038	(25.571)	(2.153)	-	9.262
Contrato de Gestão n° 05/2012 (d)	947	5.951	1.270	144	(6.520)	(90)	-	1.702
Convenio Fussesp n° 286/2012 (e)	91	2.528	-	14	(2.539)	-	(89)	5
Convenio Finep	369	-	3	15	(354)	-	-	33
Lei Rouanet PRONAC	35	-	-	-	(20)	-	(15)	-
Total de projetos a executar	14.509	55.104	1.429	1.740	(56.456)	(2.543)	(132)	13.651
Total de projetos a executar curto prazo	11.332							9.485
Total de projetos a executar longo prazo	3.177							4.166
	14.509							13.651
Obrigações com estado - imobilizado	971	-	-	-	(371)	2.543	-	3.142

Poesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

	Saldos em 2013	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Recuperação de despesas	Consumo	Movimentação Imobilizados	Devolução de Recursos	Saldos em 2014
Projetos a executar									
Contrato de Gestão n° 27/2008	(1)	-	-	-	1	-	-	-	-
Contrato de Gestão n° 44/2010 (a)	2.649	-	-	8	-	15	-	(2.672)	-
Contrato de Gestão n° 07/2011 (c)	9.262	48.875	261	2.240	-	(40.458)	(749)	-	19.431
Contrato de Gestão n° 08/2013 (b)	-	28.510	89	574	(858)	(24.895)	(704)	-	2.716
Contrato de Gestão n° 05/2012 (d)	1.702	6.272	323	275	-	(5.852)	(106)	-	2.614
Convenio Fussesp n° 286/2012 (e)	5	1.752	-	11	-	(1.667)	-	(8)	93
Contrato de Gestão n° 30/2008	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Convenio Finep	33	-	-	1	36	(39)	-	(31)	-
Total de projetos a executar	13.651	85.409	673	3.109	(821)	(72.896)	(1.559)	(2.711)	24.855
Total de projetos a executar curto prazo	9.485								20.582
Total de projetos a executar longo prazo	4.166								4.273
	13.651								24.855
Obrigações com estado - imobilizado	3.142	-	-	-	-	(641)	1.072	-	3.573

- **Valores recebidos/repasses** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.
- **Projetos a executar - longo prazo:** referem-se a valores correspondente a 6% do valor total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência dos Contratos de Gestão, com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria de Estado da Cultura. No último ano de vigência dos Contratos de Gestão e após a liberação da totalidade dos correspondentes repasses previstos, é facultada a utilização dos recursos vinculados de longo prazo no custeio das ações previstas no Plano de Trabalho.

a. Contrato de Gestão - 44/2010

O Contrato de Gestão nº 44/2010, foi firmado com a Secretaria de Estado da Cultura em 1º de setembro de 2010 para gerenciar o programa de “Oficinas Culturais do estado pelo período de quatro anos, com término em 31 de dezembro de 2013.

O programa de “Oficinas Culturais” desenvolve ações de formação cultural à população em geral, por meio de atividades culturais, especialmente de caráter prático, adequado aos seus interesses e vocações, com o objetivo de fomentar oportunidades de novos conhecimentos e vivências, de experimentação e de contato com os mais diversos tipos de linguagens, técnicas e ideias; gerenciar os espaços para a realização de suas atividades; oferecer oficinas de curta, média e longa duração, workshops, seminários, encontros, ciclos de palestras, etc.

O projeto tem 22 oficinas-sede, sendo 6 na capital, 1 metropolitana e 15 no interior e litoral (São José dos Campos, Ribeirão Preto, Iguape, Bauru, Sorocaba, Limeira, São José do Rio Preto, São João da Boa Vista, Campinas, Araraquara, Santos, São Carlos, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente). As oficinas-sedes são responsáveis pelo atendimento ao público de sua região de atuação e não somente do local onde estão sediadas, atingindo desta forma a quase totalidade do estado.

Durante sua vigência foram repassados recursos totais no montante de R\$ 72.410. O término do contrato se deu em 31 de dezembro de 2013, tendo sua prestação de contas final apresentada em 28 de março de 2014 pelo saldo de R\$ 2.687, dos quais R\$ 15 foram restituídos diretamente ao Tesouro do Estado, e R\$ 2.672 transferidos como aporte parcial da 1ª parcela do - Contrato de Gestão nº 08/2013:

Repasses do Contrato de Gestão nº 44/2010	Recebidos
2010	10.000
2011	22.085
2012	20.325
2013	20.000
	<hr/>
	72.410
	<hr/> <hr/>

b. Contrato de Gestão - 08/2013

O Contrato de Gestão nº 08/2013, firmado em 27 de dezembro de 2013 com a Secretaria de Estado da Cultura, tem o propósito de dar continuidade à gestão do programa “Oficinas Culturais” pelo prazo de 54 meses a partir 1º de janeiro de 2014, no valor global de R\$ 134.326.

Em 04 de setembro de 2014 foi firmado o 1º termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 08/2013, alterando o Plano de Trabalho de 2014, mediante a inclusão de novas ações e acréscimo de repasses em R\$ 3.510, elevando o valor total do Contrato de Gestão para R\$ 137.836, com o seguinte cronograma para repasse de recursos conforme apresentado abaixo:

Repasses do Contrato de Gestão nº 08/2013	Recebidos	A receber	Total
2014	25.000	-	25.000
2015	-	27.500	27.500
2016	-	30.250	30.250
2017	-	33.275	33.275
2018	-	18.301	18.301
Aditivo contratual	3.510	-	3.510
	<u>28.510</u>	<u>109.326</u>	<u>137.836</u>

c. Contrato de Gestão - 07/2011

Em 20 de dezembro de 2011, a Poesis firmou com a Secretaria de Estado da Cultura, o Contrato de Gestão nº 07/2011, com vistas à execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos em duas unidades de Fábricas de Cultura, localizadas no Jardim São Luis e Vila Nova Cachoeirinha, com vigência até 30 de outubro de 2015.

O Contrato de Gestão tem por objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área de iniciação, formação e difusão de atividades artístico-culturais das mais diversas linguagens junto à população carente, notadamente de jovens da periferia.

Através de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, assinado em 3 de setembro de 2012, a Poesis incorporou em seu Plano de Trabalho as atividades do Projeto Núcleo Luz.

Em 30 de novembro de 2012, através do Terceiro Termo Aditivo, de 1º de julho de 2013, foram incluídos no escopo do Contrato de Gestão 07/2011 a gestão das unidades de Fábricas de Cultura de Jaçanã, Capão Redondo e Brasilândia, passando seu valor global para R\$ 147.223.

Em razão de atraso na entrega da unidade da Fábrica de Cultura de Brasilândia, cujo início de atividades se dá no exercício de 2014, o valor global do contrato do Contrato de Gestão passa a ser de R\$ 139.119, através do 4º Termo Aditivo firmado em 20 de fevereiro de 2014.

Através do 5º Termo Aditivo, firmado em 10 de dezembro de 2014, o montante do Contrato de Gestão a ser repassado para a Entidade, foi atualizado para o valor global de R\$ 127.704.

Repasse do Contrato de Gestão nº 07/2011	Recebidos	A Receber	Total
2011	8.600	-	8.600
2012	12.126	-	12.126
2013	26.625	-	26.625
2014	48.875	-	48.875
2015	-	31.478	31.478
	<u>96.226</u>	<u>31.478</u>	<u>127.704</u>

d. Contrato de Gestão - 5/2012

Em 29 de junho de 2012, a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e a Poiesis celebraram o Contrato de Gestão nº 5/2012, que tem por objetivo fomentar a operacionalização da gestão e execução dos serviços prestados na área de museologia nas Casa das Rosas e Casa Guilherme de Almeida, pelo período de 4 anos e 5 meses.

O Contrato de gestão firmado previa inicialmente o repasse à Entidade a importância global estimada de R\$ 27.510. Através do 2º Termo Aditivo, que veio a ser firmado em 11 de janeiro 2015, o valor global do Contrato de Gestão passou a ser de R\$ 27.710, distribuído da seguinte forma nos exercícios:

Repasse do Contrato de Gestão nº 5/2012	Recebidos	A Receber	Total
2012	3.315	-	3.315
2013	5.951	-	5.951
2014	6.272	-	6.272
2015	-	6.743	6.743
2016	-	5.428	5.428
	<u>15.538</u>	<u>12.171</u>	<u>27.710</u>

Outras informações

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias;
- (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros;

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2014 foram preparados e encaminhados para as respectivas Unidades Gestoras da Secretaria de Estado da Cultura, e já foram objetos de apreciação e aprovação pela Comissão de Avaliação. As prestações de contas referentes aos relatórios de atividades anual serão enviados em fevereiro de 2015.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

Convênios

Corresponde às parcerias realizadas junto a outras entidades para o desenvolvimento compartilhado de atividades relacionadas às operações da Entidade.

e. FUSSESP: Espaço de Leitura

A Poesis, em parceria com o Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo (FUSSESP), desenvolve no Parque Dr. Fernando Costa (Água Branca, São Paulo - SP), a ação “Espaço de Leitura”, que visa proporcionar à população carente acesso ao mundo das letras de forma atuante e prazerosa, incentivando o desenvolvimento cultural com vistas à ampliação das oportunidades de inclusão social.

De forma contínua a ação promove atividades culturais e educativas relacionadas à leitura e à literatura no parque, garantindo acesso à cultura à população atendida por meio das entidades cadastradas no FUSSESP e ao público em geral, de forma participativa, em ambiente social e fisicamente prazeroso. Além disso, ela disponibiliza um acervo variado de livros e publicações para consulta e leitura no local, num espaço de leitura lúdico e aberto.

A parceria, formalizada através de Termos de Convênio, teve seu início em 2010, e já foi sucessivamente renovada em diversas oportunidades, estando atualmente em vigor o Convênio nº 286/2012, firmado em 29 de junho de 2012, com vigência inicial de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses.

O valor estimado para ações do 1º ano do Convênio foi de R\$ 3.114, sendo de R\$ 2.804 o valor dos repasses da FUSSESP, R\$ 1.202 no exercício de 2012 e R\$ 1.602 no de 2013. A prestação de contas referente a este período já foi finalizada, com a devolução de R\$ R\$ 89 em 26 de dezembro de 2013.

Em 28 de junho de 2013 foi firmado o 1º Termo de Aditamento ao Convênio, estendendo suas ações por mais 12 meses até 28 de junho de 2014, e destinando recursos da ordem de R\$ 1.838, sendo R\$ 926 repassados no ano de 2013 e R\$ 912 no de 2014.

O Convênio teve seu 2º Termo de Aditamento celebrado em 29 de junho de 2014, no qual prorrogou-se as atividades até o dia 31 de dezembro de 2014 com repasses de recursos no montante de R\$ 840, Dessa forma, o montante total de repasse no exercício de 2014 foi de R\$ 1.752.

7 Contas a pagar

	2014	2013
Fornecedores	280	534
Prestadores de serviços	1.402	1.128
	<u>1.682</u>	<u>1.662</u>

8 Obrigações trabalhistas

	2014	2013
INSS a recolher	650	626
IRRF a recolher	266	217
FGTS a recolher	176	161
Serviços prestados por autônomos a pagar	87	95
PIS s/ folha de pagamento a recolher	34	26
ISS a recolher	67	21
Rescisões contratuais a pagar	14	14
Outras	43	1
	<u>1.337</u>	<u>1.160</u>

9 Provisão para contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2014, a Entidade figura como reclamada em 17 ações de natureza trabalhista (07 em 2013) e 2 ações de natureza cível (02 em 2013), que totalizam 19 ações em 2014 (09 em 2013). Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 66 (R\$ 66 em 2013), relativo ao risco trabalhista e classificados pelos assessores jurídicos como risco de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

A Entidade possui em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 190 (R\$ 207 em 2013) de processos com probabilidade de perda possível, de natureza trabalhista e cível.

10 Partes relacionadas

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

11 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

12 Receitas operacionais - contrato de gestão

	2014	2013
Contrato de Gestão n° 07/2011	38.504	24.379
Contrato de Gestão n° 08/2013	24.302	1
Contrato de Gestão n° 05/2012	5.281	5.106
Contrato de Gestão n° 44/2010	-	20.919
Contrato de Gestão n° 30/2008	1	-
Receitas financeiras	3.109	1.741
Parcerias	474	1.304
Aluguel de espaço	161	120
Outros	3	374
	<u>71.835</u>	<u>53.944</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 6, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

13 Convênios

	2014	2013
Convenio Fussesp Espaço de Leitura	1.667	2.525
Convenio Finep	39	338
Lei Rouanet PRONAC	1	20
	<u>1.707</u>	<u>2.883</u>

14 Despesas com pessoal

	2014	2013
Salários, horas extras e outras	19.417	15.041
Encargos	7.344	6.028
Férias e encargos	3.432	2.473
13º e encargos	2.230	1.734
Benefícios	3.835	2.446
	<u>36.258</u>	<u>27.723</u>

15 Despesa com produção cultural

	2014	2013
Serviços artísticos	11.679	9.205
Materiais de produção	3.291	1.296
Serviços técnicos de produção	1.418	1.162
Despesas com transporte	1.041	645
Viagens e estadias	801	492
Cooperativas	483	401
Aquisição de acervo	166	257
Outras despesas com Produção Cultural	-	107
Direitos autorais	7	32
	<u>18.886</u>	<u>13.597</u>

Nessa conta encontram-se todos os gastos com o desenvolvimento e execução das atividades culturais nos equipamentos geridos, tais como exposições, saraus, palestras, cursos, oficinas, recitais, peças de teatro, shows musicais, ou seja, eventos de incentivo à poesia, à literatura e às diversas áreas de produção artística e cultural. Estão incluídas nessa rubrica a contratação de profissionais autônomos, como curadores, artistas, professores, entre outros, e contratação de serviços diversos e compra de materiais para suporte aos profissionais contratados.

16 Serviços profissionais

	2014	2013
Serviços de limpeza e vigilância	10.111	7.733
Assessoria em T. I.	547	585
Assessoria contábil	372	293
Assessoria em elaboração de projetos	196	570
Outros serviços especializados	108	250
Assessoria jurídica	90	19
	<u>11.424</u>	<u>9.450</u>

17 Gerais e administrativas

	2014	2013
Locações	1.104	767
Aluguel e condomínio	999	432
Serviços de utilidade pública	887	761
Conservação e manutenção	729	1.142
Material de escritório e outros	577	577
Telefonia	480	339
Seguros	69	71
Viagens e estadias	39	19
Outros	433	385
	<hr/>	<hr/>
	5.317	4.496
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

18 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2014, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

19 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2014 e 2013.

20 Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, na hipótese dos recursos de subvenção governamental utilizados para custeio das atividades da Entidade pudessem ser considerados como receita tributável, estimamos o montante de renúncia fiscal apurada no exercícios de 2014 e 2013, para os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, caso devido fossem, em: ISS (5% sobre o montante das Receitas Operacionais) R\$ 3.429 em 2014 e R\$ 2.604 em 2013; Pis/Cofins (3,65% incidentes sobre a Receita Bruta, diminuídos do PIS Fopag apropriado) R\$ 2.728 em 2014 e R\$ 2.074 em 2013; IRPS e CSLL (34% incidentes sobre o resultado do exercício) R\$ 0 em 2014 e R\$ 0 em 2013.

Ressaltamos que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Clovis de Barros Carvalho
Diretor executivo

Plinio Silveira Correa
Diretor Administrativo Financeiro

Adilson Ernesto da Silva
Contador CRC 1SP266387/O-7